



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

ARQUEOLOGIA DA ATIVIDADE BALEEIRA EM SANTA CATARINA
NO SÉCULO XVIII

LARA KAROLINE SOUZA MARTINS CUNHA

Goiânia, 2021

Lara Karoline Souza Martins Cunha

**ARQUEOLOGIA DA ATIVIDADE BALEEIRA EM SANTA CATARINA
NO SÉCULO XVIII**

Monografia apresentada ao Curso de Arqueologia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Godoy Pires

Goiânia, 2021

Lara Karoline Souza Martins Cunha

**ARQUEOLOGIA DA ATIVIDADE BALEEIRA EM SANTA CATARINA
NO SÉCULO XVIII**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arqueologia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Matheus Godoy Pires
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Examinadora: Dr. Maira Barberi
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Examinadora: Dr. Wilian Vaz-Silva
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Data de aprovação: 16/12/2021

Goiânia, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Sirlene e a minha avó Jáilda que sempre estiveram ao meu lado e incentivaram a correr atrás dos meus sonhos, me dando força e apoio, desde o início, sem nunca deixarem de acreditar em mim. Buscaram sempre compreender o que eu almejava me tornar mesmo sem entender do que se tratava, se eu estou aqui é graças ao apoio e incentivo das duas.

Um agradecimento as amizades que fiz durante toda a minha vida, em especial à Aléxia Zyom e Jacson, que me apoiaram em todas as minhas loucuras e nunca me abandonaram quando estava sozinha. A todas as amizades que fiz na faculdade que me deram uma família quando eu me sentia sozinha, Matheus Henrique e Vitória Guimarães que foram como meus irmãos em muitas reclamações, choros e sorrisos. Amo todos vocês. Um agradecimento especial à Raquel Rocha, que não me deixou desistir e sempre escutou meus choros à noite e me apoiou. Um grande beijo para todos que fizeram parte dessa minha história. Se eu fosse falar todos os nomes ficaria maior que o TCC, porém vocês sabem que são a minha família.

Um agradecimento especial ao professor Matheus Godoy Pires por não desistir de mim e por fazer com que esse trabalho não tivesse sua caminhada interrompida, por ser sempre gentil e compreensível, e por tranquilizar minhas aflições, e a todos os professores que fizeram parte da minha jornada, me passando todos seus conhecimentos. Se não fosse por vocês eu não teria a capacidade de estar aqui hoje defendendo meu TCC, a caminhada não foi fácil, porém aqui estamos.

RESUMO

A atualidade, contexto histórico, geográfico e arqueológico das armações baleeiras em Santa Catina no século XVIII é sintetizado e analisado comparativamente, demonstrando o papel pioneiro destas instalações na consolidação do domínio português no sul do Brasil, na formação de sua gente, no comércio internacional dos derivados de cetáceos e no desenvolvimento das localidades estudadas e de sua transformação e ressignificação, bem como a carência de esforços prospectivos para o mapeamento das estruturas remanescentes e da cultura material associada à caça da baleia em Santa Catarina.

Palavras-chave: arqueologia; armações; caça à baleia; Santa Catarina

ABSTRACT

The current and past historical, geographical and archaeological context of the whaling stations in Santa Catarina at XVIII century is synthesized and comparatively analyzed, demonstrating the pioneering role of these facilities on the consolidation of Portuguese sovereignty in southern Brazil, in the formation of its people, in the international trade of cetacean-derived products and on the development of the studied localities and their transformation and resignificaton, as well as the lack of prospective efforts to map the remainind structures and material culture associated with whale hunting in Santa Catarina.

Keywords: archaeology; whaling stations; whaling; Santa Catarina

FIGURAS

Figura 1. Detalhe de “La Carta Marina” (MAGNUS, 1539)	1
Figura 2. Detalhe do painel de petroglifos de Bangu-dae, Coréia do Sul	1
Figura 3. Cena de caça na ravina Izcuña, Chile	2
Figura 4. As principais espécies de baleias objeto da caça em Santa Catarina no século XVIII	6
Figura 5. As armações catarinenses do século XVIII (mapa)	8
Figura 6. Igreja de Nossa Senhora da Piedade, SC	9
Figura 7. Imagem de satélite e planta digitalizado levantamento topográfico das edificações da Armação de Nossa Senhora da Piedade	10
Figura 8: Imagem de satélite e planta da Armação e Fazenda de Sant’Anna da Lagoinha	11
Figura 9. Ponta da vigia, onde se localizava a Armação de São João Batista de Itapocoróia	13
Figura 10: Imagem de satélite e plano da Armação de São Joaquim da Garopaba.	15
Figura 11. Muro no terreno ao sul da Igreja de São Joaquim de Garopaba	16
Figura 12. Baleia franca capturada e baleeiros em Imbituba	17
Figura 13 Imagem de satélite e plano da Armação de Imbituba	18
Figura 14. Porto de Imbituba na atualidade	19

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	4
2.1. Objetivo Geral	4
2.2. Objetivos específicos	4
3. METODOLOGIA	5
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	6
4.1. A armação de Nossa Senhora da Piedade	7
4.1.1. Caracterização espacial	9
4.1.2. Arqueologia da armação de Nossa Senhora da Piedade	9
4.2. A Armação de Sant'Anna da Lagoinha	10
4.2.1. Localização geográfica e caracterização espacial	11
4.3. A Armação de São João Batista de Itapocoróia	12
4.3.1. Localização geográfica e caracterização espacial	12
4.3.2. Arqueologia da Armação de São João Batista de Itapocoroia	14
4.4. A Armação de São Joaquim da Garopaba	14
4.4.1. Localização geográfica e caracterização espacial	15
4.4.2. Arqueologia da Armação de São Joaquim da Garopaba	16
4.5. A Armação de Imbituba	16
4.5.1. Localização geográfica e caracterização espacial	17
4.5.2. Arqueologia da Armação de Imbituba	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

Desde tempos pré-históricos o ser humano aproveita e consome os cetáceos. A princípio, dada à carência de tecnologia e técnica, de maneira oportunista através do aproveitamento das carcaças desses animais eventualmente encontradas encalhadas e não são raros achados zooarqueológicos desses animais e suas partes em sítios arqueológicos costeiros tal como nos sambaquis do litoral de Santa Catarina, indicando que eram consumidos pelo povo que vivia na região a cerca de 5.000 anos (CAMPORA, 2020). Volumosos e ricos em carne e matérias-primas como o óleo, espermacete, barbatanas, dentes e ossos, esses animais parecem sempre ter sido alvo de admiração e valor pelos humanos, o que se reflete no seu registro e reverência em numerosas culturas (Figuras 1 e 2).



Figura 1. Detalhe de “La Carta Marina”, ilustrando uma “baleia” (balena), acompanhada por outro cetáceo (orca). No mesmo documento, ainda consta o registro de uma terceira espécie de cetáceo odontoceto (ziphius) (MAGNUS, 1539).



Figura 2. Detalhe do painel de petroglifos de Bangu-dae, Coréia do Sul, 8000~3000 a.a.p. (LEE & ROBINEAU, 2004).

Apesar da atividade organizada e deliberada da caça a esses animais na Europa datar do período clássico (RODRIGUES *et al.* 2018) e de haverem registros pré-hispânicos na América do Sul (BALLESTER, 2018) (Figura 3), os registros mais completos e detalhados da prática da perseguição a esses animais em tempos modernos, utilizando resistentes barcos a remo armados com arpões de ferro, cordoamento grosso e tripulados por arpoadores e 10 remadores é fruto da dedicação de pescadores bascos na região do golfo de Biscaia entre os séculos XI e XII. A partir do século XVII, entretanto, a internacionalização da mão-de-obra pelos caçadores bascos permitiu a expansão dessa atividade entre os holandeses e ingleses (PAZ, 2015).



Figura 3. Cena de caça na ravina Izcuña, Chile, ca. 1500 a.p. Adaptado de Ballester (2018).

Os mesmos pescadores bascos foram responsáveis pela introdução da caça à baleia como atividade empresarial no Brasil, uma vez que a demanda pelos produtos da caça à baleia levou ao acordo da corte do rei Felipe III da Espanha e Portugal com Julião Miguel e Pero de Urecha, dando início a contratos para a atividade no Recôncavo Baiano com a chegada de biscainhos em 1602. Esta região já era afamada pela abundância desses animais, que encalhavam nas praias e eram aproveitadas pelos colonos, (SALVADOR, 1627; PAZ, 2015). Por sua experiência na atividade, Pero de Urecha foi selecionado para sua organização e exploração até 1612, ano em que venceu seu acordo com a coroa. Vencido este acordo, já em 1613 Antônio Machado de Vasconcelos estabeleceu a primeira armação baleeira no Brasil, em Itaparica (ELLIS, 1969).

Em 1614, por iniciativa de Sebastião Borges e Gaspar de Sousa, foi estabelecido o monopólio da coroa sobre a atividade baleeira, sob o argumento de sua classificação como “peixe-real”, passando a atividade a ser efetuada através de

arrendamento periódico, seguido da burocratização dos contratos com direitos e obrigações das partes nos séculos XVII e XVIII (ELLIS, 1969). Então chamadas engenhos de azeite” estas primeiras armações sofreram, ao longo do tempo, de administração ineficiente e a baixa produtividade e fizeram declinar a atividade sediada na Bahia ao mesmo tempo que a expandiu para outros pontos ao longo do litoral brasileiro, dando origem a outras armações no Rio de Janeiro (Angra dos Reis, São Domingos, Niterói, Baía de Guanabara e Buzios), São Paulo (Ilha de São Sebastião, Bertioga e Santos) e em Santa Catarina (Ilha da Graça, Itapocoróia, Ganchos, Piedade, Lagoinha, Garopaba e Imbituba).

No sul do Brasil, as armações catarinenses tiveram importante papel no processo de ocupação, defesa e povoamento da região (SOUZA e MEIRA, 2018). Além de auxiliar a expansão do território português na Colônia com intenção de se alcançar o Rio da Prata, a busca pela expansão da atividade de caça às baleias, lidava também com a alta demanda dos produtos da indústria baleeira, então buscava-se estender a atividade para todo o litoral, assim dando continuidade à quantidade de abates necessários para a satisfação da demanda e geração de lucro à Coroa através da exportação (SOUZA e MEIRA, 2018).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Construir uma análise integrativa sobre a realidade da pesquisa arqueológica das armações catarinenses do século XVIII para reconhecer prioridades nas abordagens, lacunas das iniciativas e elaborar propostas para a construção de uma maior compreensão deste contexto histórico com base na cultura material.

2.2. Objetivos específicos

- Oferecer uma síntese do estado-da-arte sobre a arqueologia das armações baleeiras catarinenses do século XVIII, contextualizando com a informação obtenível das fontes históricas.
- Comparar, por meio de imagens de satélite atualizadas, a informação cartográfica e iconográfica do passado com a situação presente de conservação e preservação das armações;
- Propor iniciativas e medidas para o resgate material e valorização das armações baleeiras catarinenses com fins de educação e conservação do patrimônio histórico que representam.

3. METODOLOGIA

A construção desta análise integrativa baseou-se na realização de levantamento bibliográfico sobre as armações catarinenses no século XVIII através de busca sistemática nas bases de dados Google Scholar, Scopus e Web of Science, bem como busca espontânea na plataforma de busca Google geral.

Esta busca foi realizada através das palavras-chave “arqueologia”; “baleeira”; Santa Catarina”; “Brasil”; “caça”; “baleia” e “pesca”, e seus equivalentes em língua inglesa “archaeology”; “whaling”; “Brazil” e “fishing”, em combinações lógicas de dois ou mais termos, porém sempre incluindo “Santa Catarina” “baleeira” e “arqueologia” em português e “Santa Catarina”; “whaling” e “archaeology” em inglês.

Dos resultados de busca obtidos, foram excluídos trabalhos cujos resumos ou abstracts revelassem não se referirem ao escopo desta pesquisa, fossem por demais genéricos, abordassem marginalmente o tema ou tratarem-se de reedições ou reproduções de trabalhos seminais recuperados nos mesmos critérios. Prioridade foi dada a trabalhos acadêmicos e artigos em periódicos, porém utilizando-se, quando conveniente e ilustrativo, de fontes de outra natureza.

De posse da informação, foi organizado o fichamento dos pontos-chave desta pesquisa, restando a partir deste ponto analisa-los e produzir a redação deste trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Ilha de Santa Catarina já era conhecida por parte dos portugueses desde o século XVI como parada para reabastecimento de viajantes, porém tanto sua ocupação, como do território que hoje compreende o estado de Santa Catarina, só veio ocorrer em meados do século XVII.

No século XVIII, à época equipada com embarcações à remo e a vela, a caça à baleia em Santa Catarina era focada na captura das espécies de cetáceos de nado mais lento, principalmente a baleia-franca-do-sul (*Eubalaena australis*) e o jubarte (*Megaptera novaengliae*) (Figura 4). Visto que se tratam de animais migratórios, as armações efetuavam suas operações com caráter sazonal, com o trânsito de baleias concentrado nos meses que antecedem o inverno austral, quando as fêmeas grávidas migram às estações de parto nas águas setentrionais mais quentes e no período do retorno às águas subantárticas com seus filhotes, para alimentarem-se (LODI e BOROBIA, 2013), quando então movimentava toda uma comunidade em busca de pagamento e bens de consumo derivados da atividade, como excedentes da carne e outros materiais cuja qualidade não permitia o comércio (REIS,2016).



Figura 4. As principais espécies de baleias objeto da caça em Santa Catarina no século XVIII: **(A)** baleia-franca-do-sul, *Eubalaena australis*; **(B)** jubarte, *Megaptera novaengliae*. Créditos: (A) Marine Mammal Science Education Committee e (B) Clapham (2018).

Os produtos derivados da baleia estavam na maioria das casas da população, tendo diversos usos e empregos: o óleo na iluminação doméstica e pública e componente de argamassa, os ossos para a construção de cercas e mobília, barbatanas como elementos estruturantes do vestuário, e a carne na alimentação da classe trabalhadora e dos escravos. Destinavam-se tanto ao consumo doméstico quanto para a exportação às praças comerciais de Portugal e França (REIS, 2016; CAMPHORA, 2020).

Para a elaboração desses produtos, portanto, se faziam necessárias as armações. Estes estabelecimentos, além de serem local para o processamento da caça, também abrigavam a administração da atividade e os trabalhadores, feitores e escravos. Estruturas comuns nas armações consistiam no píer ou “paredão”, rampa, trapiche, o engenho de óleo, casas dos tanques, armazéns e depósitos, a “carioca” (caixa d’água), ferraria, tanoaria, a casa-grande, casa dos feitores, vila (companha) dos baleeiros, senzalas, enfermarias e capela (COMERLATO, 2012). Constituíam-se, portanto, de grandes complexos de edificações e atividades.

No litoral catarinense, a atividade baleeira estabeleceu-se a partir de 1742, e entre os anos de 1746 e 1796, cinco armações foram estabelecidas: Nossa Senhora da Piedade (1746); Sant’Ana da Lagoinha (1772); São João Baptista de Itapocoróia (1778); São Joaquim da Garopaba (1793) e Imbituba (1796) (REIS, 2016; MAMIGONIAN e VIDAL, 2013) (Figura 5).

4.1. A armação de Nossa Senhora da Piedade

A armação de Nossa Senhora da Piedade foi estabelecida em 1739 e é a mais antiga armação baleeira de Santa Catarina, construída por Tomé Gomes Moreira em resposta ao primeiro contrato para atividade de caça a baleia na capitania de Santa Catarina e estrategicamente construída próximo ao Rio da Prata (COMERLATO, 2012). Sua construção se iniciou em 1743 e o local foi escolhido dentre outros pontos pela proximidade com a Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim, que funcionava como proteção à armação.

O período de concessão da coroa portuguesa à Tomé Gomes Moreira foi primeiramente estabelecido em oito anos, posteriormente prorrogado, e devido à sua administração e estrutura foi considerado o maior e mais importante núcleo de caça às baleias na região catarinense (REIS, 2016).

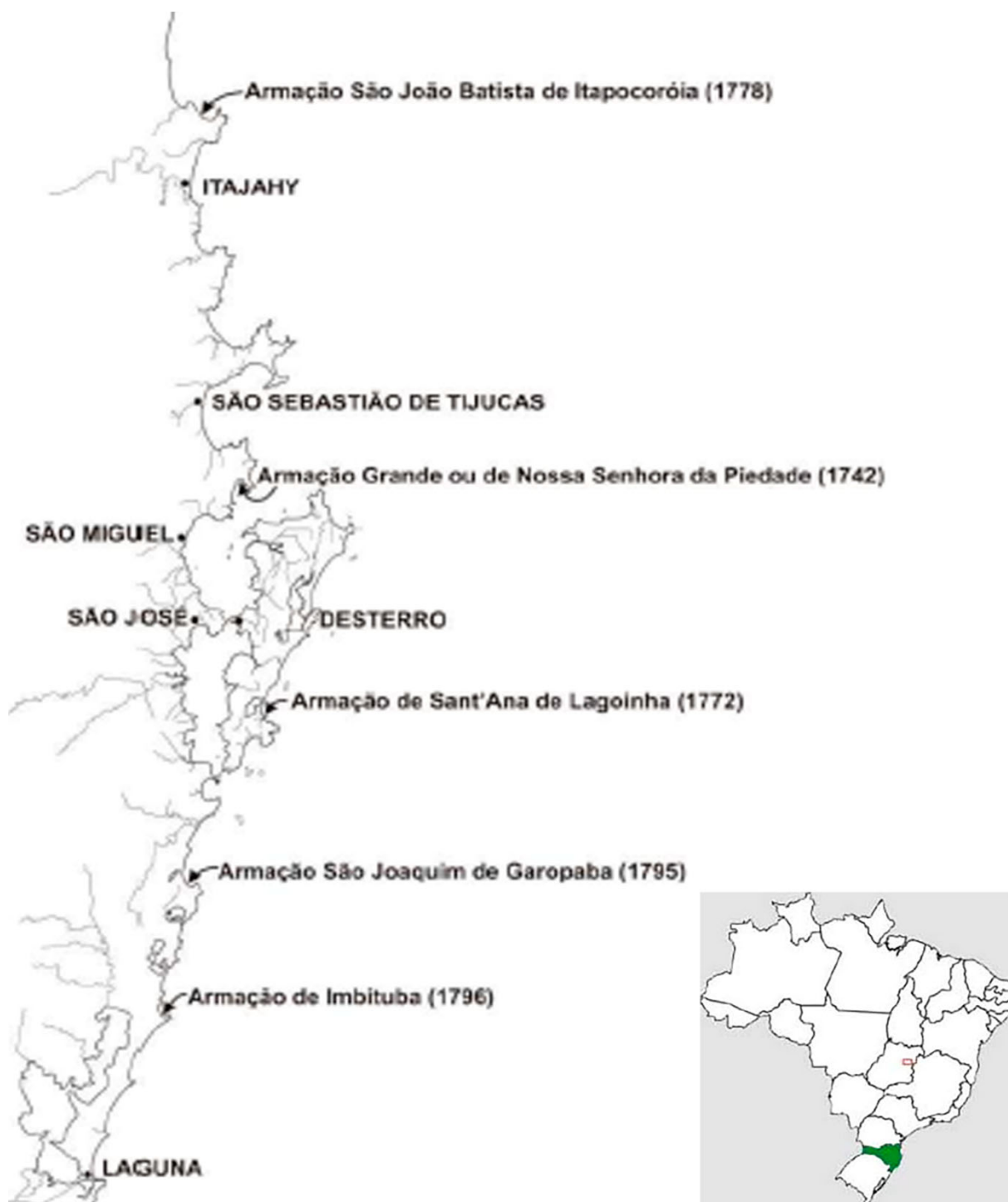


Figura 5. As armações catarinenses do século XVIII. Adaptado de Mamigonian e Vidal (2013). Mapa elaborado por Mirian Karla Machado.

Com a criação da Companhia da pescaria das Baleyas em 1765, sob administração de Inácio Pedro Quintela, armadores de São Paulo e do Rio de Janeiro impuseram resistência às operações de Nossa Senhora da Piedade, alegando aumento da concorrência e conseqüente baixa no preço dos produtos, resistência essa sufocada por influência do Brigadeiro José da Silva Pais, da Fortaleza de Santa Cruz que via a importância do estabelecimento de um porto em tal localidade (REIS,

2016; PAZ, 2015). O último arrendatário de Nossa Senhora da Piedade foi Antônio Mendes de Carvalho, até sua incorporação à Marinha em 1836 (REIS, 2016; PAZ, 2015). Atualmente atividades pesqueiras distintas da caça à baleia são efetuadas no local.

4.1.2. Caracterização espacial

A armação de Nossa Senhora da Piedade ficava localizada numa área peninsular costeira do município de Governador Celso Ramos, SC; latitude. 27°22'44" sul, longitude 48°32'00" oeste, balneário turístico com atividades comerciais e residenciais denominado "Praia da Armação da Piedade" nos limites litorâneos da área de preservação ambiental do Anhatomirim.

Comerlato (2011) oferece um trabalho de grande valor no mapeamento e descrição das construções outrora existentes e seus vestígios, delimitando estruturas tais quais a casa do cirurgião, telheiro do escaler, ferraria, igreja, hospital, casa dos feitores, casa-grande e armazéns, jardim, "sótão", telheiro para construção (naval?), casa de frigar (tachos), "grande sótão", depósito de lenha, casa dos cabos, casa dos panos, companhias dos baleeiros, casa dos tanques, quartéis para tropas, senzala, casa de oficiais e fontes d'água.

4.1.3. Arqueologia da armação de Nossa Senhora da Piedade

Atualmente na APA do Anhatomirim consta a igreja de Nossa Senhora da Piedade, que compunha a armação e tombada pelo IPHAN, reconhecida pelo governo catarinense como um patrimônio histórico (Figura 6).



Figura 6. Igreja de Nossa Senhora da Piedade, SC. Fonte: Google Earth. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/governador-celso-ramos-igreja-de-nossa-senhora-da-piedade>

Em registros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são encontrados registros para sítios arqueológicos pré-coloniais na área abrangente da armação, sendo estes sambaquis registrados por João Alfredo Rohr por volta dos anos de 1960 (NIZZOLA et al. 2021). Em nota recente, o IPHAN noticia a delimitação e cercamento do patrimônio arqueológico da Armação de Nossa Senhora da Piedade (BRASIL, 2018). Comerlato (1998) relata a coleta (aparentemente superficial) de materiais construtivos e utensílios domésticos, bem como cravos e pregos, fragmentos de vidro e cerâmica de diversificada procedência e padrão, como cerâmica vitrificada local, louça estrangeira, cerâmica monjolo e cachimbos nesta e na Armação de Sant'Anna da Lagoinha (Figura 7).

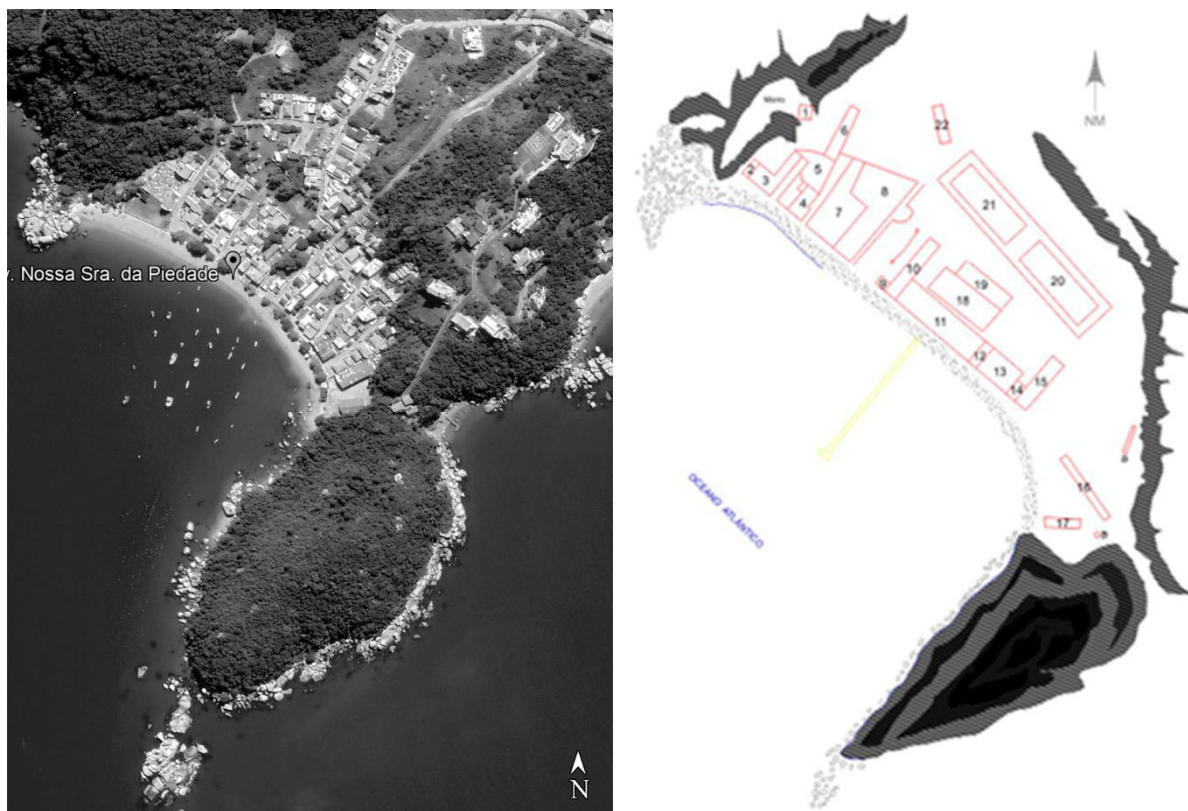


Figura 7. Imagem de satélite e planta digitalizada (Google Earth) do levantamento topográfico das edificações da Armação de Nossa Senhora da Piedade pelo intendente da marinha José Mário Pinto (1829). Adaptado de Comerlato (2011): **(1)** Casa do cirurgião; **(2)** Telheiro do escaler; **(3)** Casa de ferragem e ferraria; **(4)** Igreja; **(5)** Hospital e botica; **(6)** Casa dos feitores; **(7)** Casa-grande e armazéns; **(8)** Jardim e quintal; **(9)** Sótão; **(10)** Grande telheiro para construção; **(11)** Casa de frigar; **(12)** Grande sótão; **(13)** Casa de depósito de lenha; **(14)** Casa dos cabos; **(15)** Casa dos panos; **(16 e 17)** Companhas dos baleeiros; **(18)** Casa dos tanques; **(19)** Quartéis para tropa assoalhado; **(20)** Senzala; **(21)** Quartéis para tropa; **(22)** Casa dos oficiais; **(a)** Fontes d'água.

4.2. A Armação de Sant'Anna da Lagoinha

A Armação de Sant'Anna da Lagoinha foi instalada por Provisão Régia sob contrato entre Inácio Pedro Quintella e sócios e a Coroa em 09 de julho de 1772 e

mantveu sua operação até 1801, sendo então abandonada e extinta em 1816 (ZIMMERMANN, 2006).

Em um primeiro momento, surgiu como depósito de óleo de baleia acessório   Armação de Nossa Senhora da Piedade, sendo posteriormente aparelhada com embarcações para a caça de pequeno porte e, aparentemente, era autossuficiente em farinha e cana de auar, devido a presença de um engenho de cada na mesma, além de também possuir plantação de laranjeiras (ZIMMERMANN, 2013)

4.2.1. Localização geográfica e caracterização espacial

A Armação de Sant'Anna da Lagoinha se encontrava na costa sudeste da Ilha de Santa Catarina, no hoje conhecido balneário "praia da armação", aos 27 45'04" sul e 48 30'12" oeste. Possuía tanques de óleo com 3,5 metros de profundidade e senzalas para mais de 400 escravos (ZIMMERMANN, 2006) (Figura 8).

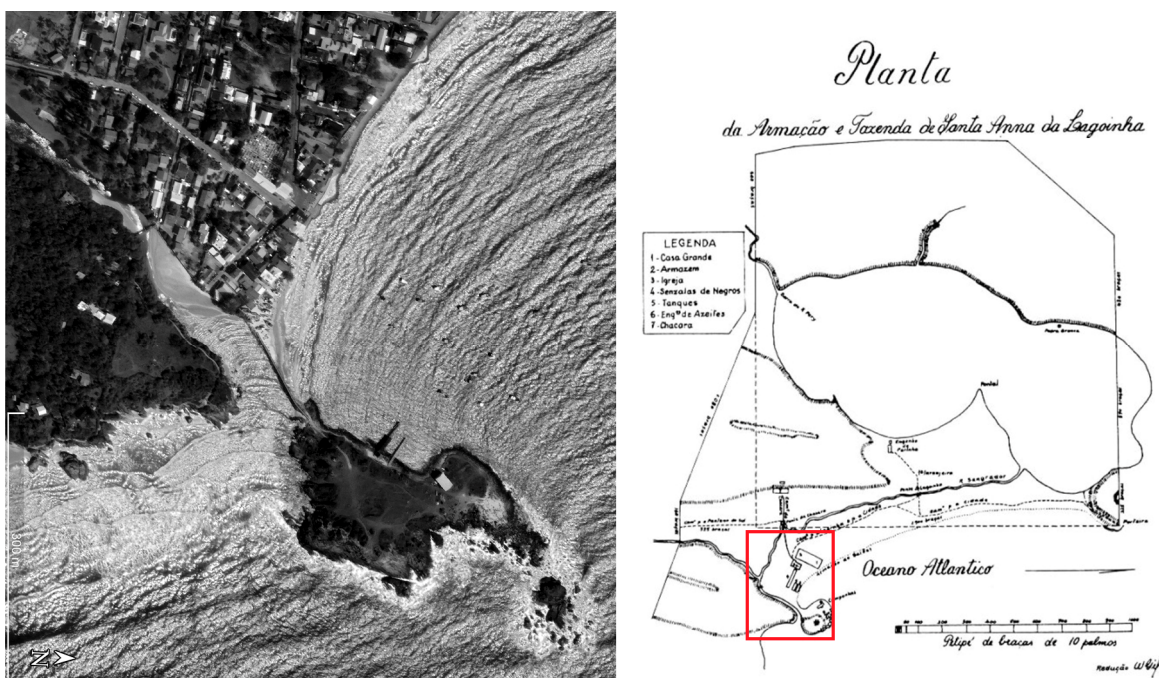


Figura 8: Imagem de satélite (Google Earth) e planta da Armação e Fazenda de Sant'Anna da Lagoinha. Em detalhe na planta as instalações da armação detalhadas na imagem de satélite. Adaptado de Comerlato (2011).

Além de trabalhos históricos, não foram encontrados trabalhos arqueológicos sobre a Armação de Sant'Anna de Lagoinha. Isso pode se dar pela ocupação atual do local, adaptado a balneário turístico densamente ocupado e ausência de estruturas remanescentes visíveis, reforçando a necessidade de prospecção arqueológica do sítio para sua adequada caracterização e captura de informação.

4.3. A Armação de São João Batista de Itapocoróia

A Armação de São João Batista de Itapocoróia foi fundada nos anos de 1777 ou 1778 e a fonte mais rica em informação histórica encontrada é de Auguste Saint-Hilaire (1851). Na região, anteriormente à instalação da armação, viviam os índios Carijós, inicialmente em relação pacífica com os europeus, porém com a evolução de conflitos conforme davam-se o alastramento de doenças e à submissão à condição de escravos até seu extermínio no século XIX (GOULART e TEIXEIRA, 2005; BOSIGNARI e MACHADO, 2020).

A ocupação da ilha pelos espanhóis em 1777 levou à fundação da armação, uma vez que forçou os armadores a procurarem um local seguro para se estabelecerem, a encontrando na enseada de Itapocorói. Essa ocupação espanhola afetou as exportações para Portugal e gerou concorrência à Coroa dentro de seu “próprio território” (GOULART e TEIXEIRA, 2005).

Até 1801 a operação da armação esteve nas mãos de particulares, quando passou ao controle da Coroa Portuguesa, sendo em 1835 arrematada sob contrato, antes de seu declínio, por Manoel Machado Sousa juntamente com a Armação da Ilha da Graça (GOULART e TEIXEIRA, 2005). O então Arraial de Itapocorói, a princípio, não pôde ser elevado à condição de Freguesia devido a suas atividades comerciais, mas passou a ser um curato em 30 de julho de 1815. Em 23 de março de 1839, finalmente, tornou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Itapocorói (GOULART e TEIXEIRA, 2005; BOSIGNARI e MACHADO, 2020). Já no século XIX (1807), a Armação da Ilha da Graça veio a ser fundada como suplemento para Itapocoroia, porém não se mostrou lucrativa (REIS, 2016).

4.3.1. Localização geográfica e caracterização espacial

A armação se localizava no que hoje é o município da Penha, no litoral norte do estado de Santa Catarina e as instalações baleeiras estavam localizadas na parte sul da praia de “Armação de Itapocoróia”, aproximadamente 26°47’01” sul e 48°36’07” oeste, na península conhecida como “Ponta do Vigia”, que em sua extremidade norte possui o ponto historicamente conhecido como “ponta da vigia”, utilizado para o avistamento dos cetáceos na época do funcionamento da armação. Uma melhor aproximação de sua localização original não é no momento possível, e o melhor detalhamento obtenível é “um pouco antes da Ponta da Cruz”, que supõe-se ser a

ponta a oeste da península (COMERLATO, 2011). Como no caso da Armação de Sant'Anna de Lagoinha, tornou-se um balneário densamente ocupado e descaracterizado, portanto, de sua herança cultural baleeira (Figura 9).



Figura 9. Ponta da vigia, onde se localizava a Armação de São João Batista de Itapocoróia. Na face voltada a oeste, a praia onde se localiza a Capela de São João Batista (nova), que não se sabe se ocupa o mesmo local da mencionada na documentação histórica. Ao norte, o promontório conhecido como “ponta de vigia”. Imagem de satélite (Google Earth).

4.3.2. Arqueologia da Armação de São João Batista de Itapocoroia

A armação de Itapocoroia contava com uma capela, preexistente desde 1759; um armazém, uma “carioca”, casa-grande, companha dos baleeiros, senzala, casa de tanques, engenho de frigar e trapiche, bem como uma chácara para a extração de lenha (COMERLATO,2011), porém além da documentação e pesquisa histórica, esta pesquisa não localizou nenhuma atividade arqueológica realizada no local, justificando a necessidade de iniciativas para um resgate arqueológico da cultura material porventura associada à atividade baleeira nesta localidade.

4.4. A Armação de São Joaquim da Garopaba

Instalada já em finais do século XVIII, entre 1793 e 1795, a Armação de São Joaquim da Garopaba, consistiu em um complexo baleeiro desenvolvido a partir da concessão à caça a Pedro Quintela e Luís Sola entre 1789 e 1801. O termo Garopaba, de origem Guarani (*ygara+mpaba*) significando “enseada dos barcos” já era utilizado para denominar a região anteriormente pelo menos desde 1523. Como é comum para a atividade das estações baleeiras, a atividade nesta armação era sazonal, acompanhando o movimento migratório das baleias. Para esta armação, há relatos da realização anual de uma missa, ao início da temporada de caça, no dia de Santo Antônio ou São João. (SOUZA e MEIRA, 2018).

Com seu grande porte e atividade, a Armação de São Joaquim da Garopaba era de grande importância no contexto social, econômico e religioso, contribuindo fortemente na ocupação e para a estabilidade da soberania portuguesa regional. Como outras grandes armações, houve uma evolução espontânea de sua condição mesmo com o declínio da atividade baleeira, e neste caso a armação logo passou a consistir num complexo industrial, estabelecendo nas redondezas povoados e cidades.

No início do século XIX, ineficiência administrativa, surgimento de matérias-primas substitutas aos produtos das baleias e concorrência marcaram o declínio da atividade baleeira, conseqüentemente contribuindo para a decadência da armação. Em 1816, a empresa Siqueira e Lima firmou contrato com o Governo para a revitalização da atividade nas armações do Rio de Janeiro até Santa Catarina, o que se mostrou infrutífero e perdurou até 1824. Nos anos de 1830, a armação teria servido de base de apoio para tropas militares, comandantes e autoridades e, no mesmo ano

de 1830 surge a intenção de sua transformação em Freguesia, para o aproveitamento de sua infraestrutura (SOUZA e MEIRA, 2018).

4.4.1. Localização geográfica e caracterização espacial

Localizada a 28°1'28" sul e 48°36'51" oeste, a Armação de São Joaquim da Garopaba, por situar-se em área de densa ocupação e destinada ao turismo sofre, bem como outras armações, dos mesmos problemas de delapidação de suas estruturas e carece de grandes intervenções arqueológicas. Conforme exposto acima, evoluiu espontaneamente para essa condição, passado de armação a povoado e, atualmente, é parte do centro histórico do município de Garopaba. Com bom abrigo e estrutura, era bom porto de estalagem e albergue de tripulações (SOUZA e MEIRA, 2018) (Figura 10).

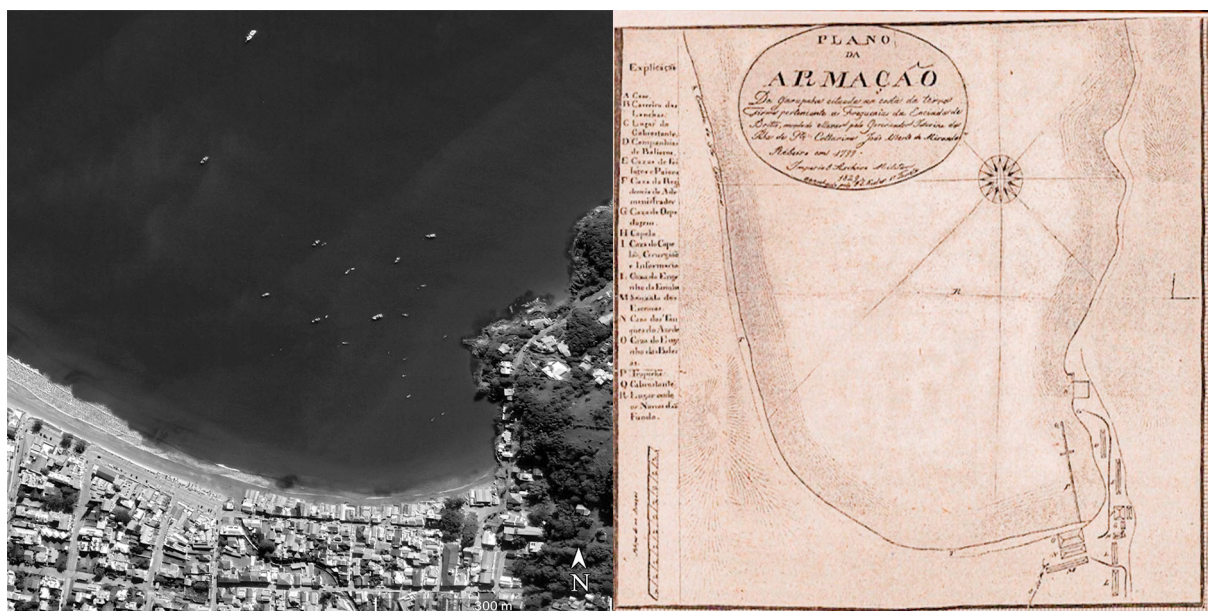


Figura 10: Imagem de satélite (Google Earth) e plano da Armação de São Joaquim da Garopaba (1829), onde se pode notar o trapiche, há muito desaparecido. Adaptado de Comerlato (2011).

Detalhando as instalações da armação, segundo o inventário de 1816 a mesma contava com capela, casa de vivenda, armazém, casa do hospital, casa dos feitores, senzala, casa do engenho de óleo, casa de tanques, campanhas de baleeiros, muros, casas cobertas de palha e muros e pír de pedra, além de trapiche e terrenos, ressaltando a importância do “sítio da fazenda” (provável fonte da lenha) e o cemitério (SOUZA e MEIRA, 2018).

4.4.2. Arqueologia da Armação de São Joaquim da Garopaba

Muito das estruturas originais da Armação de São Joaquim da Garopaba ainda estão preservadas, dado sua reutilização e ressignificação. Persistem preservados, por exemplo, os muros de pedra do perímetro da praça e da igreja e o cemitério. A capela antiga de São Joaquim está preservada e tombada pelo IPHAN pelo decreto 2996 de 25 de julho de 1998. Todo o centro histórico da cidade pode ser considerado sítio arqueológico e possui estruturas ou vestígios do tempo da armação, porém modificados ao longo dos anos (SOUZA e MEIRA, 2018) (Figura 11).



Figura 11. Muro no terreno ao sul da Igreja de São Joaquim de Garopaba, mesmo setor, em meados da década de 1990 e em 2015. Imagens de Fabiana Comerlato. Adaptado de Souza (2016).

4.5. A Armação de Imbituba

Fundada em 1796 por Pedro Quintela e João Ferreira Sola, a Armação de Imbituba fornecia principalmente óleo refinado para iluminação e argamassa para o Rio de Janeiro. Afamada pela produtividade, era comum o arpoamento semanal de baleias de grande porte, ali processadas por trabalhadores de vilas próximas, agricultores empobrecidos e escravos. Sua decadência deu-se com o monopólio da caça à baleia decretado pela coroa portuguesa em 1801. Em 1829 Antônio Mendes de Carvalho arrematou a Armação, porém sofrendo perdas, a vendeu a Antônio Claudino e Manuel Francisco de Moura Medeiros em 1837, que ainda em 1851 não haviam saudado a dívida do arrendamento à coroa (RAIMUNDO, 2018) (Figura 12).



Figura 12. Baleia franca capturada e baleeiros em Imbituba. Adaptado de Raimundo (2013).

A Armação de Imbituba é, dentre as armações catarinenses, sendo instalada para implementar a atividade baleeira já desenvolvida na Armação de São Joaquim da Garopaba e é a de instalação mais tardia no século XVIII e manteve sua atividade, atravessando a evolução tecnológica da atividade através do barco à remo, da navegação à vela, às embarcações autopropulsadas a vapor e diesel e da caça artesanal feita com arpão manual ao canhão de proa, por fim encerrando a atividade baleeira no ano de 1960, quando passa a operar no comércio de carvão e, por fim, organizando-se como porto a partir de investimentos do governo federal.

4.5.1 Localização geográfica e caracterização espacial

A enseada de Imbituba, na qual esteve instalada a Armação de Imbituba e que hoje abriga o Porto de Imbituba, está localizada nas coordenadas 28°13'48" sul e 48°39'10" oeste, na atual microrregião de Tubarão, e dá nome à cidade que ali se desenvolveu. Em contraste às outras praias da região, abertas ao oceano, oferece abrigo do vento e do mar aberto, sendo considerada bom ancoradouro (SAINT-HILAIRE, 1851), características já mencionadas no Plano da Armação de Imbituba de 1799 (COMERLATO, 2011) (Figura 13).

A armação de Imbituba contava com casa de tanques, engenho de azeite, casa do administrador, campanhas de baleeiros, senzalas, casas para o destacamento e um píer de atracação (COMERLATO, 2011). Pela contínua atividade e utilização,

aparentemente não sobrevivem estruturas remanescentes da armação, estando no local, ainda em operação, o porto de Imbituba agora privatizado (Figura 14).

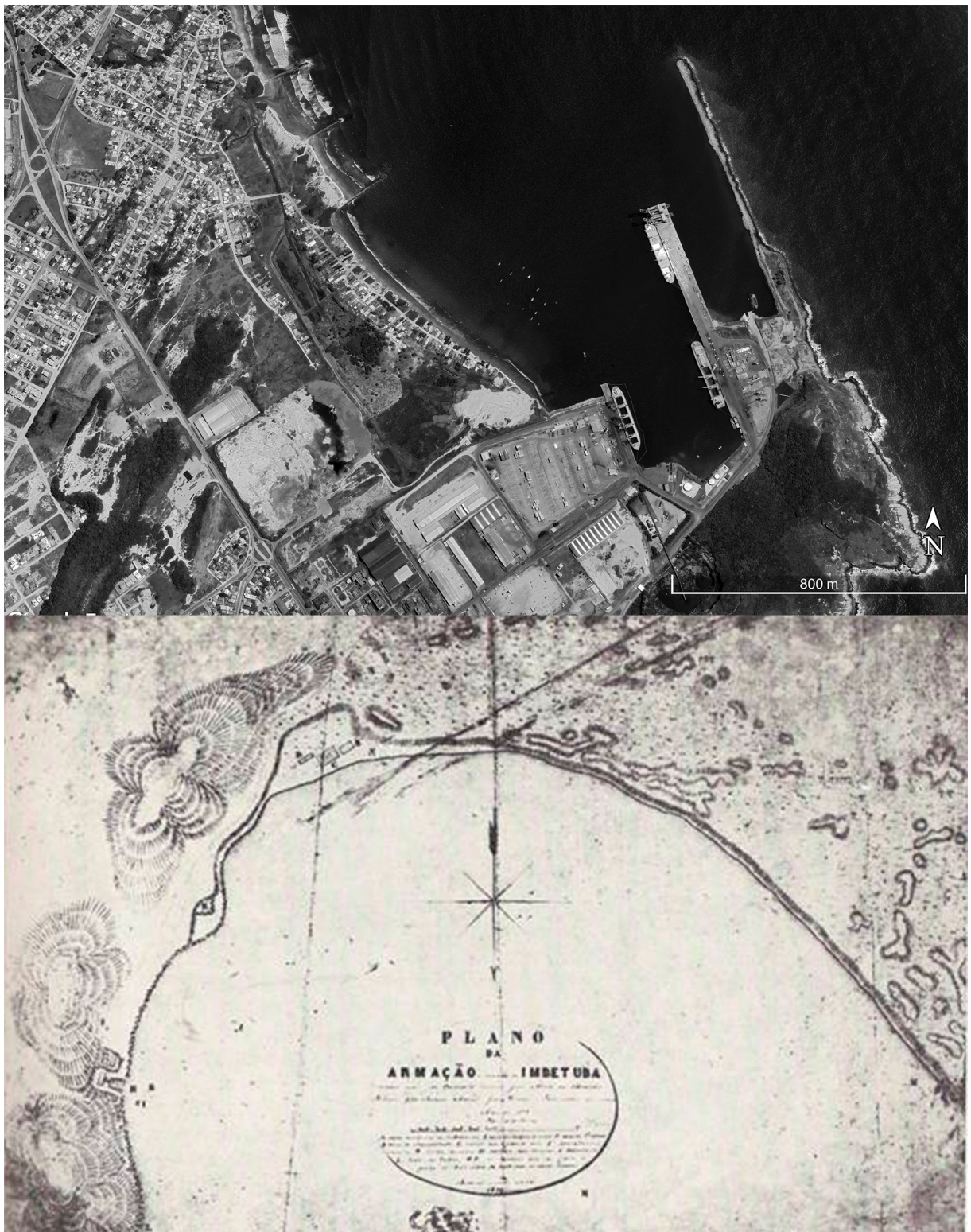


Figura 13: Imagem de satélite (Google Earth) e plano da Armação de Imbituba (Palmeirim, 1799). O plano da armação foi mapeado com o rótulo orientado invertido à rosa-dos-ventos ilustrada pelo cartógrafo. Adaptado de Comerlato (2011).



Figura 14. Porto de Imbituba na atualidade. Imagem de SCPAR Parcerias e Negócios Estratégicos. Extraído de https://www.scpa.br/?post_type=companies&p=2381 . Acesso em 15 de novembro de 2021.

4.5.2. Arqueologia da Armação de Imbituba

Apenas relatos e documentos históricos restam sobre a Armação de Imbituba. Uma vez que a enseada nunca teve sua utilidade desprezada, ao longo do tempo as construções e instalações foram sendo sucessivamente substituídas. Não são conhecidas atividades arqueológicas para o registro ou resgate da materialidade da Armação.



Conforme analisado, pode-se observar que a organização da atividade baleeira como empreendimento comercial em Santa Catarina tem seu início no século XVIII e, a partir da instalação da armação de Nossa Senhora da Piedade em 1739, outras instalações do gênero foram periodicamente se estabelecendo até o início do século XIX, tendo em vista a produtividade das águas catarinenses em relação às baleias. Além do interesse econômico, entretanto, as armações permitiram a fixação estratégica de assentamentos sob controle português em um território ainda frágil em soberania.

Esses fatos reforçam a importância desses empreendimentos na origem e desenvolvimento da colonização da costa sul do Brasil, o que é reforçado pelo fato destas localidades terem se mantido e espontaneamente evoluído a vilarejos, arraiais e finalmente municípios, por sua importância para a navegação mercante ou, mais recentemente, como balneários devido à beleza de sua paisagem.

Esta evolução, entretanto, levou em grande parte a total substituição das estruturas originais das armações por edificações e estruturas mais modernas, das

quais permanecem excepcionalmente a igreja da armação de Nossa Senhora da Piedade, alguns muros e vestígios de estruturas de São Joaquim da Garopaba. Itapocoróia e Imbituba, por outro lado, exemplificam a irreversibilidade da perda de informação sobre os hábitos e costumes destes pioneiros obtível por pesquisas arqueológicas, o que contrasta com o vasto registro iconográfico, jornalístico-descritivo e historiográfico que temos dessa realidade.

É notável perceber o quão pouco de cultura material de época foi recuperado ou documentado nas poucas iniciativas de prospecção nas armações baleeiras catarinenses, o que reforça a necessidade de esforços mais frequentes, numerosos e eficazes e o emprego de abordagens tecnológicas mais modernas para a investigação do que ainda pode estar preservado sob a fina camada de modernidade a que temos acesso. Sem isso, permanecerá oculta a potencialidade destas armações na fundamentação de nossa compreensão destes primórdios da história brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As armações baleeiras do litoral de Santa Catarina compuseram um núcleo de caça e exploração de cetáceos com grande importância na fixação de núcleos ocupacionais na capitania, que sofria com baixa densidade populacional devido à insegurança em parte derivada do próprio comércio ultramarino, e de encontro a intenções de armadores paulistas e cariocas em resguardar certa reserva de mercado.

A importância estratégica das armações fica evidente, inclusive, pela ingerência de militares em muitas decisões sobre a instalação das armações inclusive em conflito a interesses capitalistas, aparentemente num esforço de consolidar a soberania territorial no sul da colônia, como se pode perceber no caso do favorecimento de Tomé Gomes Moreira pelo Brigadeiro José da Silva Pais, consciente da importância do estabelecimento de um porto para a conexão do Rio de Janeiro ao Rio da Prata.(PAZ,2015).

Em sua maioria, as armações catarinenses foram instaladas mediante contrato, e haviam armações mais complexas, a Armação de Nossa Senhora da Piedade e a Armação de São Joaquim da Garopaba, e armações de apoio, como a Armação de Imbituba e da Ilha da Graça (não tratada neste trabalho por ser de instalação já no século XIX, quando a atividade baleeira já tomava contornos de atividade industrial com o advento da tecnologia da propulsão a vapor).

A organização espacial e infraestrutura das armações eram em grande parte padronizadas, já nessa época visando uma otimização no desembarque das baleias e processamento dos produtos. As maiores diferenças encontradas são de caráter dimensional, que limitava a capacidade de processamento.

As armações foram fundamentais no estabelecimento da Capitania e na sua retomada após a invasão castelhana, evoluindo para aldeamentos, freguesias e cidades.

Esta evolução é a maior causa do desaparecimento e destruição dos vestígios arqueológicos sobre a atividade baleeira, e a maior parte da cultura material restante se apresenta na forma de ruínas ou vestígios das edificações, com muito poucos artefatos registrados na literatura consultada.

É percebida, com isso, a necessidade de maior esforço e investimento na pesquisa e recuperação arqueológica, em busca de informação adicional para a

compreensão de um quadro mais completo do desenvolvimento das sociedades, de seus costumes e de sua realidade.

Em muitos casos, as estruturas emersas das armações estão há muito superpostas por estruturas recentes ou foram completamente transformadas e contaminadas, inclusive o piso arqueológico. Este fato sugere que talvez resida na arqueologia subaquática uma opção com grande potencial na recuperação de artefatos e informação, principalmente nos sítios documentados de naufrágios baleeiros, junto a píeres e trapiches e nas imediações dessas armações.

Devido a seu caráter pioneiro e grande importância comercial e estratégica, a recuperação do maior acervo material possível das armações catarinenses – que permeia culturas tão distintas quanto indígenas, europeias e africanas, atividades tão diversas quanto a caça à baleia, a pesca e a agricultura e a própria coexistência entre estas diferentes populações – é imprescindível para a construção mais completa de toda essa paisagem cultural e fundamental para a compreensão do estabelecimento e evolução da cultura costeira do sul do Brasil.

6. REFERÊNCIAS

- BALLESTER, B. El Médano rock art style: Izcuña paintings and the marine hunters-gatherers of the Atacama desert. **Antiquity**, 92(361), p. 138–148, 2018.
- BOSIGNARI, V.; MACHADO, L. S. Armação baleeira de Itapocoroia na obra “Viagem à Província de Santa Catharina (1820)” do naturalista Auguste de Saint-Hilaire. Pelotas: **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 5(9), p. 332–343, 2020.
- BRASIL, 2018. **IPHAN/SC promove a delimitação e o cercamento de sítios arqueológicos em Armação da Piedade**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/4932/iphansc-promove-a-delimitacao-e-o-cercamento-de-sitios-arqueologicos-em-armacao-da-piedade>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.
- CAMPORA, A. L. A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul. **Revista Latinoamericana de Estudios Criticos Animales**. v.2, p. 230–255, 2020.
- CLAPHAM, P. J. *Megaptera novaeangliae*. in: WÜRSIC, B.; THEWISSEN, KOVACS, K. M. **Encyclopedia of marine mammals**, 3ªed., Cambridge: Academic Press, 1157p., 2018.
- COMERLATO, F. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Porto Alegre: Programa de pós-graduação em história, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.
- COMERLATO, F. Arqueologia e patrimônio nas armações baleeiras catarinenses. **Tempos Acadêmicos**, v.10, p.101-115, 2012.
- COMERLATO, F. As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais. **Tempos Históricos**, v. 15, p. 481–501, 2011.
- ELLIS, M. **A baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 236p. 1969.
- GOULART, M. K.; TEIXEIRA, S. K. Estudo da percepção do meio ambiente a praia de armação do Itapocorói, Penha, SC. Londrina: **Comunicações do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. 2005.

- LEE, S.-M.; ROBINEAU, D. Les cétacés des gravures rupestres néolithiques de Bangu-dae (Corée du Sud) et les débuts de la chasse à la baleine dans le Pacifique nord-ouest. **L'anthropologie**, v.108(2004), p. 134–151, 2004.
- LODI, L.; BOROBIA, M. **Baleias, botos e golfinhos do Brasil: Guia de identificação**. São Paulo: Technical Books. 480p., 2013.
- MAGNUS, O. **Carta marina et descriptio septentrionalium terrarum**. Xilogravura. Veneza:1539.
- MAMIGONIAN, B. G. e VIDAL, J. Z. (orgs.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.
- NIZZOLA, L. J.; SOUZA, M. L.; MARQUES, R. P. **A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina**. Santa Catarina: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 224p., 2021.
- PALMEIRIM, M. J. X. **Plano da Armação e inseada de Imbetuba mandado tirar pelo Governador interino João Alberto de Miranda Ribeiro pello Tenente Manoel Jozé Xavier Palmeirim no Mez de Maio de 1799**. Extraído: Ellis, 1969: 129. Original: Mapoteca do Arquivo do Exército, RJ.
- PAZ, M. O. **Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros). Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 297p., 2015.
- RAIMUNDO, M.C.M.B. Imbituba (SC) e a baleia franca: ontem, cenário de extinção - hoje, área de preservação. **Educação Ambiental em Ação**, v. XII (45), 2013.
- RAIMUNDO, M. C. M. B. Porto de Imbituba: de armação baleeira a porto do complexo carbonífero. Porto Velho: **Labirinto**, v. 28, p. 262–274, 2018.
- REIS, A. W. dos. **“Decrépitos e quebrados”: escravidão, enfermidades e relações de trabalho nas armações baleeiras catarinenses (1746-1816)**.2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.
- RODRIGUES, a. S. L.; CHARPENTIER, A.; BERNAL-CASASOLA, D.; GARDEIUSEN, C. N.; MILLÁN, J. A. P.; McGRATH, K.; SPELLER. C. F. Forgotten mediterranean calving grounds of grey and north atlantic right whales: evidence from Roman archaeological records. **Proceedings of the Royal Society B**. 285: 20180961.

- SAINT-HILAIRE, A. de. **Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine**. Paris: Arthus Bertrand, 1851.
- SALVADOR, FR. V. do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1889.
- SOUZA, J. P. de. **Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba: um olhar sobre a história de um patrimônio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Joinville: Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), 2016.
- SOUZA, J. P.; MEIRA, R. B. A armação baleeira de Garopaba: sua justa dimensão. Florianópolis: **Revista Esboços**, v. 25(40), p. 413–434, 2018.
- ZIMMERMANN, F. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista, p.46–67 *in*: MAMIGONIAN, B. G. e VIDAL, J. Z. (orgs.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.
- ZIMMERMANN, F. **O funcionamento da Armação da Lagoinha: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 80p., 2006.

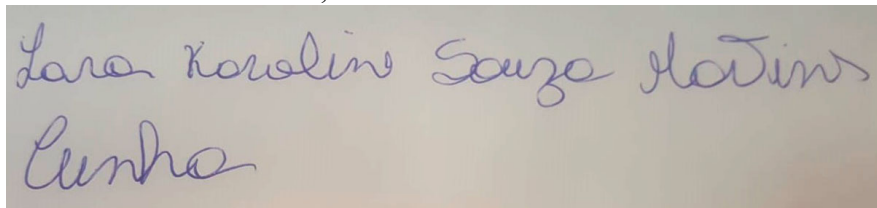
RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante Lara Karoline Souza Martins Cunha, do Curso de Bacharelado em Arqueologia, matrícula 2018.1.0064.0075-4, telefone: (62)982473921, e-mail karoline2502@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Arqueologia da atividade baleeira em Santa Catarina no século XVIII, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de dezembro de 20201.



Assinatura da autora:

Nome completo do autor: Lara Karoline Souza Martins Cunha



Assinatura do professor-orientador:

Professor-orientador: Matheus Godoy Pires